

50º CONAD ATUALIZA PLANOS DE LUTA DO MOVIMENTO DOCENTE



Foto: Manuella Soares (ADURRJ)

LEIA A COBERTURA COMPLETA DO EVENTO NAS PÁGINAS 2 A 7

LEIA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO:

ENTREVISTA SOBRE A CRISE POLÍTICA BRASILEIRA COM O
PROF. OSVALDO COGGIOLA
PÁGINAS 8 E 9

INFORME JURÍDICO DA ADUR-RJ
PÁGINA 10

REFORMA MINISTERIAL: HADDAD À FRENTE DO MEC
PÁGINA 10

MAIS UM ATAQUE AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
PÁGINA 11

**DR. MARCELO CHALRÉO – ACESSOR JURÍDICO DA
ADUR-RJ – ESTARÁ NA SEDE DA ENTIDADE NO DIA 1º DE
AGOSTO, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10H30MIN, PARA PRESTAR
ATENDIMENTO AOS ASSOCIADOS.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: ELEIÇÕES CONSELHO DE REPRESENTANTES

O Presidente da ADUR-RJ –
Seção Sindical do ANDES-SN, no uso
de suas atribuições e de acordo com o
Regimento Geral, Inciso XI, do Art.30,
convoca eleições para o Conselho de
Representantes para os dias 15,16 e
17 de agosto de 2005, para mandato
de um ano, a contar da posse, e
informa que as inscrições estão
abertas até o dia 29 de julho de
2005, no horário das 8h às
16h30min, na Sede da Associação.

Seropédica, 20 de julho de 2005.

Canrobert P. L. Costa Neto

Presidente da
ADUR-RJ – S. SIND

ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUR-RJ

A Diretoria da ADUR-RJ S.
Sind convoca todos os seus
filiaados para reunião da
Assembléia Geral, a realizar-
se na quinta-feira – **04/08/05**
– às **13horas**, em primeira
convocação, no **Gustavão**,
para tratar da seguinte pauta:

Indicativo de greve nas IFES-
ANDES-SN

6ºCONAD EXTRAORDINÁRIO
– Discussão do tema: “Elaboração e
encaminhamento do Projeto de Lei
do ANDES-SN sobre a educação
superior”.

6ºCONAD EXTRAORDINÁRIO,
20 e 21/08/05 – Delegado (a) e
Observadores (as)

Reunião do Setor das IFES,
19/08/05 – Delegado

Participação na Marcha à
Brasília em 17/08/05

Agenda – Debate sobre
“Alternativas de Luta –
instrumento intersindical”

Participação da ADUR em
Comissões Internas da UFRRJ

Outros Assuntos

A Diretoria

25/07/2005

Compareça! Participe!

CRÍTICAS À ATUAL CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÔMICA DO GOVERNO LULA E A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE LEI PARA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DÃO A TÔNICA DO EVENTO

Fortaleza (CE) – O 50º Conselho do ANDES-SN (CONAD), realizado entre os dias 15 e 17 de julho, cumpriu seu objetivo mais importante: atualizou os planos de luta da categoria docente, já aprovados no 24º Congresso do Sindicato Nacional, no início deste ano. Sediado pela ADUNIFOR (Associação dos Docentes da Universidade de Fortaleza), o 50º CONAD teve como tema central “*Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo*”.

Representantes de diversas seções sindicais do país compareceram ao evento e discutiram questões como a atual conjuntura política brasileira e a necessidade de mobilização e articulação dos docentes em torno da Marcha à Brasília, a realizar-se no dia 17 de agosto. O 50º CONAD contou com a presença de 62 seções sindicais, 56 delegados e 136 observadores. Como deliberação de Assembléia do último dia 30 de junho, a ADUR-RJ enviou os professores Frederico José Falcão e Rosane Ferreira de Oliveira – diretores da entidade – como delegado e como observadora do evento.

As principais deliberações deste Conselho do ANDES-SN foram pelo indicativo de greve para as IFES, a partir da segunda quinzena de agosto, e pela construção de um Projeto de Lei sobre a Reforma Universitária do governo Lula.

Este projeto – cujas diretrizes foram apresentadas no Texto Resolução 21, da Diretoria do ANDES-SN – visa fazer frente à Reforma Universitária do governo Lula, já em curso por meio de medidas devastadoras para um ensino público, gratuito e de qualidade. Entre elas estão as Parcerias Público-Privadas (PPP), o Programa Universidade para Todos (ProUni), ensino a distância, Lei de Inovação Tecnológica, entre outras. A Reforma Universitária, contudo, não está sozinha: atrelada à política neoliberal do governo Lula, as propostas



Sede da Universidade de Fortaleza

de Reformas Trabalhista e Sindical visam minimizar a atuação dos sindicatos – representantes legítimos da classe trabalhadora – e cassar direitos conquistados pela categoria, ao longo da história.

Outro encaminhamento importante do 50º Conselho do ANDES-SN foi a aprovação em plenária, da realização de um CONAD EXTRAORDINÁRIO em Brasília, no próximo dia 20 de agosto, para aprofundar a discussão do referido Projeto de Lei do Sindicato Nacional.

Programação e dinâmica dos trabalhos:

Durante a plenária de abertura, a mesa foi composta pela presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto; Antonio Bosi e Marcio de Oliveira (diretores do Sindicato Nacional); Rosendo Amorim e Maria Josenilde (ambos da ADUNIFOR); Helena Serrazul (ADUFC); Rosilda Dias (Regional Nordeste 1); Eudes Baima (SINDUECE) e Emerson Ferreira (SINDUVA).

A presidente do ANDES-SN, Profa. Marina Barbosa Pinto, destacou a necessidade de união e mobilização da categoria docente frente à atual conjuntura política brasileira – que mostra um enfraquecimento do governo, pelo envolvimento de

Ministros e de dirigentes do Partido dos Trabalhadores em denúncias de corrupção.

Para Marina Barbosa Pinto, este é o momento propício do movimento sindical reverter a correlação de forças com o governo. Ela reafirmou o ANDES-SN como um espaço de luta e reivindicações dos professores e destacou que o Sindicato Nacional tem fôlego para brigar pelos direitos da categoria. Ressaltou ainda como as deliberações do 24º Congresso do ANDES-SN, realizado no início deste ano, foram acertadas, sobretudo em relação a desfiliação do Sindicato Nacional da Central Única dos Trabalhadores. Tal declaração refere-

veementemente, a política econômica do Ministro Antonio Palocci, atrelada ao compromisso com o capital privado e às diretrizes neoliberais.

Esta discussão predominou durante as plenárias do primeiro dia do 50º CONAD, quando representantes de diversas seções sindicais puderam manifestar suas opiniões sobre a atual conjuntura política brasileira.

Ainda nas referidas plenárias, os docentes observaram o dinamismo dos acontecimentos históricos e ampliaram a perspectiva do debate, apresentando diferentes interpretações para o atual processo político brasileiro. Criticaram a tentativa de alguns movimentos organizados associarem o cenário político do país a um golpe da “direita” contra o presidente Lula. Uma carta, sustentando esta teoria, foi publicada, recentemente, em veículos de comunicação de grande amplitude, e foi assinada pela CUT, pelo MST, pela UNE e pelo CMP, além de dezenas de organizações não-governamentais. Neste momento, dirigentes do ANDES-SN ressaltaram que o Sindicato Nacional foi a única entidade, presente na reunião com os demais signatários desta carta, que se recusou a assinar tal documento, por entender que esta interpretação de golpe contra o governo Lula é errônea, sobretudo porque a atual gestão está atrelada com o empresariado e com o capital neoliberal.

Para o ANDES-SN, “*a própria corrupção é um produto desse projeto, pois é o único método possível para governar com representantes do grande capital, sob o receituário do FMI. (...) Defender o governo contra uma suposta ‘conspiração de direita’ em curso, em nome de um ‘projeto de mudança’*”.

se ao fato de Luis Marinho, até então Presidente da CUT, ter sido cooptado pelo governo para assumir o Ministério do Trabalho, revelando, assim, uma estreita ligação entre a Central e o governo. A CUT, inclusive, apóia os projetos de Reformas Sindical e Trabalhista do governo Lula, duramente criticados pelo ANDES-SN.

Sob os pilares da unidade e da democracia, o Sindicato Nacional tem criticado,



Diretores da ADUR-RJ: Profa. Rosane de Oliveira e Prof. Frederico Falcão participam de Plenária



Prof. Frederico Falcão participa de Grupo Misto

significa esquecer que o governo Lula encabeça, não um projeto de mudança progressiva, mas de regressão social e histórica do Brasil”, como afirma o Texto 18 da Diretoria do Sindicato Nacional, pelo qual analisa, criticamente, a atual conjuntura política brasileira.

Ao término das atividades do primeiro dia do 50º CONAD, os professores compareceram a um coquetel de confraternização, na própria Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Já no dia 16, os docentes subdividiram-se em seis Grupos Mistos, para debater, a partir de dinâmica própria, sobre dois temas: “Avaliação e Atualização do Plano de Lutas: eixos e bandeiras” (tema I), discutido pela manhã, e “Questões Organizativas e Financeiras do ANDES-SN” (tema II), posto em debate no sábado à noite.

Abaixo, apresentamos as principais deliberações das plenárias do 50º CONAD.



PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO 50º CONAD:

I. Atualização do plano de lutas dos setores das IEES, IPES e IFES:

Os encaminhamentos referentes aos setores das IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior), IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) e IPES (Instituições Particulares de Ensino Superior) foram contemplados no tema I – “Avaliação e Atualização do Plano de Lutas: eixos e bandeiras”. Os Textos Resolução (TR’s) números 3, 4 e 5 – aprovados pela plenária – atualizaram os planos de Lutas dos setores das IEES, das IPES e IFES, respectivamente.

O objetivo dos TR’s é fortalecer o movimento docente dentro de cada setor, para que se possa enfrentar a precarização das condições de trabalho e lutar contra a privatização do ensino público.

Os documentos estão afinados com as propostas do ANDES-SN, que defende um plano de carreira, cargos e salários para a categoria e combate o cerceamento à liberdade organizativa e sindical, que têm sido reprimidas, principalmente, nas universidades estaduais e particulares.

• **Instituições Estaduais de Ensino Superior**

Os encaminhamentos do TR 3 referem-se ao setor das IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior). Como deliberação do 24º Congresso do ANDES-SN, ocorrido no primeiro semestre deste ano, a plenária aprovou a planilha de custos para a realização do 3º Encontro Nacional do Setor das Estaduais. O evento será realizado no segundo semestre deste ano e tem como objetivo intensificar as estratégias de lutas do Setor.

O 50º CONAD deliberou para que as secretarias regionais e seções sindicais promovam debates, seminários e reuniões sobre as reformas universitária, sindical e trabalhista, localizando a discussão a partir da experiência das IEES.

As seções sindicais das IEES devem prosseguir os estudos sobre financiamento, expansão das matrículas, expansão de campi, relações de trabalho docente, fundações ditas de apoio universitário e autonomia universitária, para realizar um “diagnóstico” sobre o Setor das IEES. A recomendação deste CONAD é de que tal levantamento possa estar concluído até o 25º Congresso do ANDES-SN, quando deverá ser apresentado e discutido com a categoria.

• **Instituições Particulares de Ensino Superior**

Durante a plenária de abertura, Marina Barbosa Pinto afirmou que o 50º CONAD teria um significado especial, por ter sido sediado pela ADUNIFOR – uma universidade particular. Segundo a presidente do ANDES-SN, a ADUNIFOR optou por aliar-se a um sindicato que prima pela autonomia, pela independência e pela qualidade do ensino. De acordo com Marina Barbosa Pinto, a escolha pela ADUNIFOR foi simbólica, pois ao ter uma particular como anfitriã de um evento do porte do CONAD, o Sindicato Nacional reafirmou uma de suas principais diretrizes, que é a construção da unidade do segmento docente.

Quanto ao setor das IPES, o 50º CONAD aprovou o TR nº4, que apresenta uma planilha de custos, orçada em, aproximadamente, R\$24mil, para realizar o I Encontro Nacional das IPES, gestão 2004/2005, em Brasília, de 14 a 16 de outubro deste ano. A proposta deste encontro já havia sido aprovada em Curitiba, no 24º Congresso do ANDES-SN. Este evento será importante para propiciar a política de expansão do Sindicato Nacional nas IPES e criar mecanismos que possam fortalecer a luta dos docentes que trabalham em universidades particulares.

Um encaminhamento importante para o Setor em questão é que o ANDES-SN denuncie o descaso do Ministério da Educação, que tem ignorado todas as solicitações de audiência, feitas pelo Sindicato Nacional, para tratar das reivindicações do setor das IPES. Cabe ao ANDES-SN denunciar também às entidades internacionais ligadas à educação, a situação precária dos professores que trabalham nas instituições particulares.

O 50º CONAD ainda recomendou que o Sindicato Nacional acompanhasse as negociações relativas às campanhas salariais nas IPES; editasse um *InformANDES* específico sobre o assunto, com atualização da pauta e calendário de campanha por estado. O ANDES-SN deve elaborar um cartaz nacional sobre a campanha salarial nas IPES e priorizar, em 2006, os dissídios coletivos na abrangência de cada secretaria regional.

• **Instituições Federais de Ensino Superior**

O Plano de Luta do Setor das IFES também foi atualizado durante o 50º CONAD. Os presentes concordaram que o governo não tem negociado com a categoria e que é preciso denunciar a estratégia de “proteção” que tem sido adotada pelos seus representantes. Para isso, há que se construir mobilização acerca da pauta de reivindicações do Setor das IFES, propondo que esta seja trabalhada nos Colegiados Superiores e no Parlamento.

De acordo com os encaminhamentos para o Setor, é preciso intensificar a ação política em defesa da unidade dos servidores públicos federais, no interior da CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais) e junto às demais entidades que compõem a bancada sindical que participa da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Esta medida tem por objetivo fortalecer a CNESF e fazer da MNNP um espaço para o enfrentamento com o governo federal na negociação das reivindicações dos SPF’s.

Assim, o Setor das IFES deve exigir que o governo Lula cumpra o compromisso firmado pelos seus ministros com os SPF’s, na MNNP, de que, durante este governo, não haveria perdas salariais para servidores. Durante o 50º CONAD, deliberou-se pela participação no GT proposto pelo MEC, cobrando desse Ministério o imediato restabelecimento da Mesa Setorial de Negociação Permanente, articulada com a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Esse processo deverá ser acompanhado pelo setor das IFES, com ampla discussão e deliberação das assembleias gerais.

O Setor das IFES deve lutar também pela pauta da campanha salarial 2005, aprovada na Plenária dos Servidores Públicos Federais, cobrando o restabelecimento dos anuênios e defendendo a inclusão deste item na pauta dos SPF’s.

PAUTA DA CAMPANHA SALARIAL 2005:

1. Recomposição geral em função de todas as perdas de 1995 a 2004, sendo pleiteado índice emergencial de 18%, a título de antecipação parcial da recuperação do poder aquisitivo de janeiro de 1995;
2. Incorporação de todas as gratificações (GED, GEAD, GAE) como processo de valorização do salário-base, da construção das carreiras e superação das distorções intra e entre categorias;
3. Paridade entre docentes ativos, aposentados e pensionistas;
4. Isonomia entre os docentes das carreiras de magistério de 1º e 2º graus e superior em seus valores mais altos;
5. Implantação das Diretrizes de Planos de Carreira, bem como o estabelecimento de um piso salarial para todo o serviço público;
6. Data-base em 1º maio, para a incidência dos efeitos remuneratórios resultantes da negociação coletiva;
7. Reposição anual dos valores correspondentes ao índice inflacionário de acordo com o ICV-DIEESE;
8. Incremento salarial agregado aos valores correspondentes ao índice inflacionário;
9. Estabelecimento de uma política de correção das distorções ocorridas entre e intracategorias;
10. Estabelecimento prévio da inclusão no orçamento do montante financeiro necessário ao reajuste para compensar as perdas incidentes sobre os salários em decorrência da inflação do ano anterior.

No 50º CONAD, os presentes deliberaram também em favor da realização de ações unitárias com a bancada sindical, junto ao Congresso Nacional, com o objetivo de intensificar a aprovação de Projetos de Lei que disponibilizem recursos do orçamento de 2005, para atender às reivindicações dos servidores. Do mesmo modo, espera-se que as emendas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e na LOA (Lei Orçamentária Anual) sejam realizadas, considerando os recursos para o orçamento de 2006 para garantir o cumprimento da pauta de reivindicações dos SPF's.

Durante o evento, também foi aprovada a intensificação da luta contra todas as formas de precarização do trabalho docente nas IES públicas – aumento de contratações por tempo determinado em detrimento de concursos, programas de excelência para aproveitamento de aposentados, programas de aproveitamento de jovens doutores e estudantes de pós-graduação como alternativa à contratação de professores, aproveitamento de técnico-administrativos na docência, prestação de serviços via convênios que descaracterizam a carreira docente, redução no número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado na Universidade.

GT Fundações:

Contemplando as deliberações do Setor das IFES, o 50º CONAD aprovou a criação emergencial de um Grupo de Trabalho (GT) provisório para tratar das fundações “de apoio”. Tal iniciativa tem como ponto de partida lutar contra as fundações de direito privado e contra a manutenção de cursos pagos – cada vez mais popularizados – em instituições públicas.

A recomendação do 50º CONAD é a de que as seções sindicais oficializem aos respectivos reitores a prática privatizante das fundações “de apoio” e a inconstitucionalidade dos cursos pagos em instituições públicas. A sugestão é a de que, quando for o caso, as seções sindicais denunciem ao Ministério Público o repasse de dinheiro público das Universidades para as fundações e,

quando possível, ingressem com ação popular contra este procedimento.

Durante o 50º CONAD, houve também a recomendação de que até o 25º Congresso, o ANDES-SN realize um Seminário Nacional sobre as fundações de direito privado, cuja intenção seria avaliar e deliberar uma estratégia, em nível nacional, a ser seguida pelo ANDES-SN, a partir dos estudos feitos pelas seções sindicais sobre o tema.

II. Indicativo de greve para a segunda quinzena de agosto

Tendo em vista os últimos acontecimentos nacionais – de denúncias de corrupção e pagamento de propina para deputados, envolvendo dirigentes do PT e a alta cúpula do governo Lula – e as tentativas frustradas de negociação com o governo Lula, o 50º CONAD deliberou pelo Indicativo de greve para as IFES, a partir da segunda quinzena de agosto.

Durante o evento, alguns participantes questionaram se a greve – como uma estratégia legítima de luta – seria, neste momento, a melhor alternativa de mobilização da categoria. Alguns representantes de seções sindicais também sinalizaram que ainda não há um consenso, entre docentes, quanto à greve.

A Diretoria do Sindicato Nacional e parte dos participantes argumentaram que o diálogo com o governo não tem produzido efeitos e que a greve seria o movimento mais eficiente da classe fazer-se ouvir. Salientaram que uma possível greve teria como bandeira a valorização do trabalho docente, a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e de qualidade, socialmente referenciada. A mobilização para a greve também envolveria a luta contra a mercantilização do ensino e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES.

A prudência, contudo, na construção da mobilização para a greve nas IFES, não foi descartada. Diretores do ANDES-SN reconheceram que o consenso acerca de uma greve por tempo indeterminado não existe, porque o governo tem conseguido conversar em separado com diversos segmentos da educação, procurando desarticular a organização e articulação de professores.

Assim, as recomendações do 50º CONAD apontam o seguinte calendário, pensando na construção e na mobilização dos docentes:



Rodada de assembleias gerais até o dia 15 de agosto de 2005, para apreciação de um indicativo de greve e proposição de data para a sua deflagração;

Reunião do Setor das IFES em 19 de agosto, para apreciar o resultado das assembleias e definir o início da greve.



O indicativo de deflagração de greve nacional dos docentes da IFES, para a segunda quinzena de agosto de 2005, tem seguinte eixo:

Valorização do trabalho docente e em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, laica e de Qualidade, Socialmente Referenciada, contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES, expresso na pauta abaixo:

- a) Reajuste de 18% como parte da recomposição salarial;
- b) incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;
- c) Retomada dos anuênios;
- d) Implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;
- e) Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFE, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES-SN;
- f) Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

III. Elaboração de um Projeto de Lei sobre a Reforma Universitária do governo Lula

Uma das principais polêmicas do 50º CONAD versou sobre a proposta de construção de um Projeto de Lei substitutivo ao de Reforma Universitária do governo Lula. A Diretoria do ANDES-SN apresentou o TR 21, denominado PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO AO PROJETO PRIVATIZANTE DE REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO FEDERAL, que embora tenha causado controvérsias, foi aprovado pela maioria do plenário.

Por este TR, o ANDES-SN afirma que o momento é propício para se apresentar um Projeto de Lei que possa barrar a proposta de Reforma Universitária oficial.

De acordo com os defensores desta proposta, as denúncias de corrupção permitiram a inversão da polarização das forças entre os movimentos organizados e o governo.

Assim, de acordo com a presidente do ANDES-SN, o Sindicato Nacional, ao apresentar a proposta da TR21, avaliou que era preciso mudar sua estratégia, e aproveitar a oportunidade política para apresentar um documento que pudesse impedir a aprovação da Proposta de Reforma Universitária no Congresso Nacional.

Pelo TR 21, o ANDES-SN reconhece que *“em toda a sua trajetória tem participado e discutido com as entidades acadêmicas, científicas, sindicais e estudantis, os princípios, concepções, eixos, o lugar e o significado estratégico da universidade pública para a soberania do país. A sua proposta para a educação superior, compreendida dentro de um Sistema Nacional de Educação, está materializada nos diversos documentos do ANDES-SN (Caderno 2, Agenda para a Educação Superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de Hoje, Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, resoluções de Congressos, CONAD’s e outros), amplamente divulgados”*.

Assim, mesmo o ANDES-SN já tendo apresentado suas propostas quanto aos rumos da educação brasileira, nenhum destes documentos acima citados é um Projeto de Lei que possa “disputar” com a proposta de Contra-Reforma da Educação Superior do governo. Daí, argumentaram, a necessidade de se redigir um Projeto de Lei que faça frente ao governo Lula.

A idéia não foi unívoca entre os participantes do CONAD. Um dos principais argumentos das vozes dissonantes à criação de um Projeto de Lei substitutivo ao do governo foi o pouco tempo para construí-lo, discuti-lo com as bases e consolidá-lo. Para essas pessoas, este procedimento pode ferir um princípio caro ao Sindicato Nacional e os seus filiados: a democracia.

Do mesmo modo, os discordantes argumentaram que, mesmo frente aos lamentáveis acontecimentos do cenário nacional, apresentar um Projeto de Lei ao

Congresso é aceitar a lógica “reformista” imposta pelo governo. Para uma parte dos presentes, é inadmissível a proposição de que o Congresso corrupto possa ter legitimidade para aprovar a Reforma Universitária ou qualquer outro projeto em curso. Um professor exclamou: *“No congresso do mensalão, não se vota educação”*.

A Diretoria contra-argumentou, alegando que não tomará qualquer medida que possa ferir a democracia e a relação do Sindicato Nacional com as bases. Por isso, a deliberação foi a de que o ANDES-SN apresentasse o texto e o remetesse para as bases, para que elas pudessem discuti-lo até o dia 15 de agosto. A Diretoria, inclusive, apresentou a proposta de realização de um Conad Extraordinário, para aprofundar essa discussão.

Após isto, o 50º CONAD deliberou que:

“1– o ANDES-SN reafirma o seu projeto de universidade pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, de modo a dialogar com os movimentos sociais, populares e entidades ligadas à educação no sentido de contraposição ao projeto privatizante do governo;

2 – o ANDES-SN elabore um projeto de lei que contenha os eixos, princípios, concepções e as propostas para a educação superior, já discutidas e deliberadas nas instâncias do Sindicato;

3 – o ANDES-SN encaminhe para as assembléias gerais a discussão do envio de projeto de lei para o parlamento e a sociedade, a ser apreciado em CONAD extraordinário;

4 – a diretoria deve convocar um CONAD Extraordinário com pauta prioritária sobre:

4.1 – o projeto de lei do ANDES-SN;

4.2 – apresentação deste projeto de lei ao Congresso Nacional.

Conad Extraordinário

O 50º CONAD deliberou pela realização do 6º CONAD Extraordinário, nos dias 20 e 21 de agosto, em Brasília. O evento será organizado pela Diretoria do ANDES-SN, e terá como tema a elaboração de um Projeto de Lei do Sindicato Nacional sobre a Reforma da Educação Superior.

Ainda durante o evento, duas seções sindicais – ADUPB (Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - Seção João Pessoa) e ADUFJF (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Juiz de Fora) – apresentaram candidatura para sediar o 51º CONAD. Conquistando a maioria dos votos da plenária, a ADUFJF será a anfitriã do próximo Conselho do ANDES-SN, a realizar-se entre os meses de julho e agosto, do próximo ano.

IV. Carreira

No que se refere à carreira docente, o 50º CONAD reafirmou algumas deliberações do 24º Congresso, que aprovou que o ANDES-SN dê continuidade às ações comuns com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) com vista à elaboração de proposta de carreira única para os professores das IFE, a ser denominada CARREIRA ÚNICA PARA OS PROFESSORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Esta, por sua vez, está circunscrita ao Regime Jurídico Único de trabalho e terá como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – sendo o concurso público a única via possível de ingresso ao magistério em instituições públicas.

O 50º CONAD aprova que o ANDES-SN permaneça denunciando e combatendo a proposta do governo de carreiras específicas para os docentes da educação técnica e tecnológica e dos Colégios de Aplicação, respectivamente. Também solicita que o Sindicato Nacional exija do governo a volta dos programas – presenciais – de capacitação docente, contemplando os professores do ensino de médio e fundamental, tendo em vista a proposta de carreira única do ANDES-SN. Esses programas deverão permitir o afastamento periódico e remunerado do professor, especificamente para esse fim, com a garantia da sua substituição temporária.

Durante o evento, deliberou-se que a Assessoria Jurídica do ANDES-SN produza, com urgência, um parecer acerca das implicações nos direitos previdenciários para os docentes que lecionam na educação básica e tecnológica, quando da mudança de denominação da carreira. Ainda foi encaminhado que o GT-Verbas reveja a malha salarial em conjunto com o GT-Carreira, tendo como parâmetro outras carreiras do Estado, após a definição do projeto de carreira única para os professores nas IFES.

Também foi proposta a realização de seminários regionais conjuntos do ANDES-

SN e do SINASEFE, a fim de “mapear” as especificidades das IFES e, assim, subsidiar a elaboração da proposta de carreira única para os professores das instituições federais de ensino. Da mesma forma, foi aprovada a organização de reuniões comuns dos grupos de trabalho de carreira das duas entidades para sistematização das propostas, que serão submetidas ao Setor das IFES, respeitando as decisões das Assembléias Gerais, com avaliação e redefinições nas instâncias deliberativas do Sindicato Nacional. A proposta final sobre a Carreira docente será elaborada, conjuntamente, pelo ANDES-SN e pelo SINASEFE e formalizada em Projeto de Lei, a ser negociado com o governo e o Congresso Nacional.

ADUR Informa prepara uma edição especial sobre carreira docente, a ser publicada em breve. Aguarde!
Acesse as edições anteriores em www.adur-rj.org.br

V. Participação na Marcha à Brasília, em 17 de agosto

Como resolução do 50º CONAD, o ANDES-SN conclama que as seções sindicais participem da Marcha a Brasília, no dia 17 de agosto, juntamente com outras organizações de trabalhadores, para manifestar indignação sobre a atual conjuntura política do país. O Sindicato Nacional solicitou que as seções sindicais se empenhem para garantir o maior número possível de docentes na capital federal.

Foto: Ricardo Borges (ANDES-SN)



CARTA DE FORTALEZA

Os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior reuniram-se em Fortaleza, de 15 a 17 de julho de 2005, no 50º CONAD do ANDES-SN. 56 delegados e 136 observadores refletiram detidamente sobre a conjuntura internacional e especialmente sobre a grave crise na conjuntura nacional, de modo a desenvolver as ações mais adequadas para intervir na realidade social.

Constataram que o cenário mundial evidencia a continuidade das ações criminosas do capital contra os trabalhadores e as populações militarmente dominadas. Continuam as agressões que segregam os palestinos, destroem o Iraque e dizimam milhões de africanos, ações imperialistas de longa data que eliminam inúmeras comunidades transformadas em veios inesgotáveis de uma exploração desumana.

Na América Latina, tratada como “condomínio especial dos EUA”, avança a implantação do controle por meio de bases militares e “acordos de cooperação”, ontem na Colômbia e no Equador, hoje no Paraguai. O governo Chávez, tido como inimigo porque além de aliado de Cuba recusa-se a estar sob o manto dos EUA, sofre a ameaça da desestabilização financiada pelo capital americano. A Amazônia vai sendo, pouco a pouco, cercada e preparada para o controle ianque, com a aquiescência passiva da autoridade brasileira, tão pródiga em assumir uma política externa de interesse imperial quanto a política interna em subsumir a lógica do capital.

Na crise brasileira, o escândalo da corrupção desnuda os instrumentos utilizados pelo capital para garantir a influência e o controle sobre as economias subalternas e dependentes e a hegemonia das classes dominantes pelo tráfico de influência, a troca de favores e as concessões. Somente isto pode explicar a aprovação de medidas contrárias aos trabalhadores – envolvendo Patentes, Inovação Tecnológica, Previdência Social, PPP, sem esquecer as que estão sendo encaminhadas ao parlamento: a reforma sindical e trabalhista e a reforma universitária. Essa trajetória teve início com Collor de Mello, se acentua com FHC, e é aprofundada por Lula da Silva.

Os efeitos das denúncias de corrupção envolvem o governo,

partidos e congressistas. Iniciadas pela direita, imobilizaram o governo e visam a torná-lo refém da sua própria estratégia de aliança com o capital. O governo inclina-se mais e mais contra os interesses populares ao aprofundar a política de cooptação e colaboração de classes, integrando de vez a Central Única dos Trabalhadores – CUT no governo com a nomeação de Luis Marinho como Ministro do Trabalho.

Diversos movimentos sociais assinaram uma “Carta ao povo brasileiro: contra a desestabilização da política do governo e contra a corrupção, por mudanças na política econômica, pela prioridade aos direitos sociais”. Esse documento não foi assinado pelo ANDES-SN porque defendemos intransigentemente a autonomia do movimento sindical e social em relação ao governo. O ANDES-SN tem clareza de que o projeto do governo faz parte integrante da aliança com o capital, sob o receituário do Fundo Monetário Internacional - FMI. Os que argumentam que há conspiração de direita contra Lula se esquecem de que o governo Lula não encabeça um projeto de mudança progressiva, mas de regressão social e histórica no Brasil.

São inaceitáveis um governo e um regime político dominados pela corrupção. O movimento docente envidará todos os esforços no combate a todas as propostas e procedimentos que aviltem a população e achincalhem a nação, defendendo um projeto democrático e de igualdade social para todos os trabalhadores brasileiros.

O 50º CONAD, com base nesta análise, atualizou o Plano de Lutas do sindicato aprovado no 24º CONGRESSO. Considerou extremamente grave o quadro da educação superior no Brasil e reiterou os seus eixos de luta para garantir o futuro da educação superior, o financiamento público, a democratização de acesso, a assistência estudantil, a regulamentação do setor privado, a autonomia e a gestão democrática, contidos na Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira.

Ciente da complexidade desse quadro e considerando ser importante responder a essa conjuntura, o 50º CONAD deliberou que o ANDES-SN reafirme o seu projeto de universidade pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, de modo a dialogar com os movimentos sociais, populares e entidades ligadas à educação no sentido de contraposição ao projeto

privatizante do governo; *que o ANDES-SN elabore um projeto de lei que contenha os eixos, princípios, concepções e as propostas para a educação superior, já discutidas e deliberadas nas instâncias do Sindicato; que o ANDES-SN encaminhe para as assembleias das seções sindicais a discussão do envio de PL para o Parlamento e a sociedade, a ser apreciado em CONAD Extraordinário a ser convocado pela diretoria.* O 50º CONAD reafirmou o princípio básico do movimento docente de continuar trabalhando democraticamente no contraponto da proposta autoritária do governo.

O ANDES-SN deverá envidar todos os esforços buscando aglutinar as entidades, movimentos sociais e estudantis, para resistirem a essas ações do governo e para defenderem a universidade pública e um projeto emancipatório de educação para o país.

O 50º CONAD reconheceu e saudou a luta dos docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES. Em vários estados, a luta recrudescerá firme e intransigente na defesa da universidade pública e gratuita. No estado de São Paulo, essa luta conseguiu obter mais recursos para a educação e para as universidades em especial. Na Bahia, há mais de 60 dias todas as instituições públicas estaduais de ensino superior estão em greve na luta por melhores condições de trabalho e por verbas para a universidade. A despeito de estarem com salários cortados, a luta não esmorece e a insensibilidade governamental será vencida. Essa firmeza e resistência dos docentes baianos é um exemplo de coragem na luta pela universidade pública e gratuita. No Ceará, a universidade estadual esteve em greve por 57 dias, com a intervenção policial, ameaças de demissões de dirigentes docentes e estudantis e inúmeros percalços. O resultado da resistência dos cearenses foi um salto qualitativo na organização de fóruns comuns de deliberações e ações conjuntas de docentes e estudantes. E a lição: para avançar é preciso lutar! Além de discutir essas experiências das quais o ANDES-SN partilhou e ajudou a construir, o CONAD aprovou a viabilização financeira do 2º Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Ensino Superior que será fundamental para aprofundarmos questões como financiamento e autonomia universitária.

Para o setor das particulares, o 50º CONAD avaliou ser fundamental continuar a luta por melhores condições de salário e de

trabalho e consolidar este setor no sindicato. O ANDES-SN continuará a investir nesse setor, não abrindo mão da sua importância na construção da universidade brasileira. Nesse sentido, o 50º CONAD aprovou o financiamento do 3º Encontro Nacional das Instituições Particulares de Ensino Superior que permitirá a participação de docentes de diversas partes do país. Nesse Encontro, serão problematizadas as dificuldades enfrentadas na organização dos docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior - IPES de modo a traçar estratégias para a expansão do setor. O 50º CONAD reafirma: o ANDES-SN não abrirá mão da luta contínua em defesa dos professores e do enfrentamento cotidiano contra o autoritarismo e os desmandos perpetrados pelos donos dessas instituições.

O 50º CONAD considera que para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES a hora é de decisão. O governo federal vem há tempos tratando os servidores públicos federais de forma depreciativa e desrespeitosa. O anúncio de um reajuste de

0,1% para os servidores públicos federais desrespeita os que trabalham no serviço público, assim como a população que necessita desses serviços. As ações do governo permanecem na linha de construir o Estado mínimo, favorecendo a privatização de setores públicos fundamentais para a população, como a saúde e a educação. Os docentes devem manter a articulação de suas lutas com os demais servidores públicos federais por meio da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF, na perspectiva da luta conjunta e articulada para conquistar e defender seus direitos.

O quadro de deterioração salarial é aviltante. Professores recebem ganhos maiores de gratificação do que salariais. Há um ano, houve "reajuste" da Gratificação de Estímulo à Docência - GED. E pouco têm avançado as negociações para a sua extinção. Agora, o governo anuncia que as perspectivas de modificações salariais ficam somente para 2006. O 50º CONAD indicou às seções sindicais a greve nacional dos docentes das IFES para a 2ª quinzena de agosto com os seguintes eixos: valorização do trabalho docente e defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada,

contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES.

O 50º CONAD avaliou como importantes os esforços que vêm sendo realizados pela categoria para a construção da carreira docente única dos professores de 1º e 2º grau e do ensino superior e considerou que são muito significativas as ações conjuntas que vêm sendo feitas articuladamente com outras entidades da educação pública federal.

O 50º CONAD alertou também que, nesta conjuntura de crise na qual

haverá ética nem democracia num país em que os corruptores, em primeiro lugar o grande capital financeiro, continuam a se apropriar privadamente da riqueza social produzida pelos trabalhadores.

Por isso o ANDES-SN participará também da Marcha a Brasília convocada pela Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS para o dia 17 de agosto próximo e continuará participando dos fóruns estaduais e nacionais de luta em defesa dos serviços públicos, aliando-se aos movimentos sociais e a todos aqueles que se opõem às políticas do governo que retiram direitos e conquistas dos trabalhadores.

Hoje, mais do que nunca, nesta hora crucial para o Brasil, o ANDES-SN ocupa seu lugar na trincheira de luta comum de todos os trabalhadores brasileiros, em defesa da soberania nacional e do socialismo. O 50º CONAD chama as

direções sindicais e dos movimentos sociais a se posicionarem de modo autônomo em defesa da independência de classe e das conquistas e direitos dos trabalhadores; saúde o combate de nossos irmãos de classe na América Latina e no mundo todo, para opormos uma frente comum de luta ao imperialismo capitalista, destruidor de povos, nações e culturas.

O 50º CONAD proclama:

Fora a corrupção e a exploração capitalista e imperialista!

Defendamos a universidade e a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada!

Unifiquemos os trabalhadores brasileiros na luta por políticas de independência classista!

Fortaleza, 17 de julho de 2005.

“O 50º CONAD, com base nesta análise, atualizou o Plano de Lutas do sindicato aprovado no 24º CONGRESSO. Considerou extremamente grave o quadro da educação superior no Brasil e reiterou os seus eixos de luta para garantir o futuro da educação superior, o financiamento público, a democratização de acesso, a assistência estudantil, a regulamentação do setor privado, a autonomia e a gestão democrática, contidos na Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”.

ninguém pode permanecer alheio, não se pode ficar restrito aos limites das reivindicações específicas, pois essas têm conexão mais do que nunca com o marco político e econômico geral; os rumos do Brasil, da educação e da universidade pública, dependem inexoravelmente da ação independente do movimento de massas.

Na mesma perspectiva, o ANDES-SN deve contribuir para fortalecer uma política autônoma para o movimento dos trabalhadores urbanos e rurais e da juventude. Impulsionando nossa luta específica, devemos convocar todos os movimentos sociais a romperem com o governo Lula, aprofundando o debate na base desses movimentos e com toda a sociedade.

O fortalecimento da unidade dos movimentos que ousam contestar o modelo econômico em curso é a resposta à tentativa de isolamento que tentam nos impor. Ao lado desses movimentos, devemos insistir que a “defesa da ética”, marco no qual se pretende fechar a reação popular contra o espetáculo escancarado da monumental corrupção política, deve ser colocada em termos de luta antiimperialista e contra o capital: não

REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE



Foto: Manuella Soares (ADURFJ)

DURANTE O 50º CONAD, A DIRETORIA DO ANDES-SN COMUNICOU O LANÇAMENTO DA EDIÇÃO Nº36 DA REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, CUJO TÍTULO CENTRAL É “BRASIL HOJE?”.

ESTE NÚMERO – QUE, COMO SEMPRE, CONTÉM CONTRIBUIÇÕES DE PROFESSORES DE DIVERSAS SEÇÕES SINDICAIS DA BASE DO SINDICATO NACIONAL – ESTÁ SUBDIVIDIDO EM CINCO BLOCOS DE TEXTOS: A) TEMAS CONTEMPORÂNEOS; B) EDUCAÇÃO? PARA QUEM?; C) PÓS-MODERNIDADE EM DEBATE; D) EMPRESARIADO E REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA; E) CIÊNCIA E TECNOLOGIA.



Fonte: Ricardo Borges (ANDES-SN)

ADUR INFORMA

ENTREVISTA:

PROF. OSVALDO COGGIOLA

Foto: Aline Pereira



Osvaldo Luis Angel Coggiola – Professor Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP) – concedeu uma breve entrevista ao ADUR Informa, durante o 50º CONAD, em Fortaleza. Graduado em História e em Economia pela Université de Paris VIII, Mestre e Doutor pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (França), Livre-Docente pela Universidade de São Paulo, Coggiola tem pesquisado sobre a História do Movimento Operário e da América Latina, com ênfase nos aspectos político e econômico.

No dia em que nos concedeu esta entrevista, Osvaldo Coggiola participaria de uma manifestação pública, paralela à reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que também acontecia em Fortaleza. No entanto, ele e os demais manifestantes foram recebidos por uma tropa de choque. Felizmente, não houve agressões físicas nem confrontos.

Nesta breve entrevista, Osvaldo Coggiola analisa a crise política brasileira, as relações entre a mobilização docente e uma possível greve, e as expectativas acerca do 6º CONAD Extraordinário do Sindicato Nacional, a realizar-se em agosto, quando será discutido o Projeto de Lei do ANDES-SN, substitutivo ao da Reforma Universitária do governo Lula da Silva.

ADUR Informa: O que houve na reunião da SBPC?

Osvaldo Coggiola: Estava previsto um ato público na frente do teatro José de Alencar, que sinalizava a abertura oficial da SBPC. Assim como estava prevista uma SBPC paralela, também estava prevista uma abertura paralela, com um ato público, de forças políticas. Havia uma boa quantidade de bombeiros, tropas de choque, que sem dúvida estavam destinadas a evitar que o ato previsto acontecesse. Foi uma grande exibição de força, de pessoas que estavam ali para, supostamente, cuidar da segurança de uma abertura da SBPC ou evitar a realização do ato político. As pessoas que participariam deste ato, a maioria estudantes, conseguiram entrar e cantar palavras de ordem. Realizaram um jogral no local onde estava sendo feita a reunião da SBPC. Não houve nenhum choque com as tropas, felizmente.

ADUR Informa: Como a atual conjuntura política pode favorecer a uma inversão de forças entre o governo e o ANDES-SN e como o Sindicato Nacional pode, a partir dessa conjuntura, avançar mais nas suas reivindicações?

Osvaldo Coggiola: Bom, o momento torna-se propício porque não é o governo apenas, entendido como poder executivo, mas o conjunto do regime político que está em crise, em particular porque as

denúncias de corrupção não recaíram sobre o presidente, com foi no caso do Fernando Collor, mas sim, sobre o Congresso. Portanto, neste momento em que esse mesmo Congresso está sendo chamado pelo governo para aprovar uma lei de Reforma Universitária, que o ANDES – Sindicato Nacional tem criticado pelo seu caráter privatizante, existe a possibilidade de que uma pressão social, uma pressão organizada, uma pressão militante sobre esse Congresso tenha efeito, porque o poder Legislativo, o Congresso Nacional, está debilitado diante dessa denúncia de corrupção. Por outro lado, está perfeitamente claro que o governo, o Gabinete, inclusive o próprio presidente, não são alheios a esses fenômenos da corrupção. Então, trata-se de um poder político em um regime político que está debilitado, que cria uma situação que dá melhores condições do que no período da Reforma da Previdência, para nos opormos às Reformas Universitária, Sindical e Trabalhista. Vamos barrar essas reformas! A situação política é essa: na verdade, está se criando uma espécie de vácuo político no país. A suposta manutenção da popularidade de Luiz Inácio Lula da Silva apresenta uma única possibilidade, de que ele governasse sem um Ministério que está queimado e sem um corpo legislativo, mas isso é impossível. A tendência da situação

política vai ao sentido de criar uma espécie de um poder bonapartista de Lula. O PT está liquidado como ator político, como eixo de estabilidade do governo. Lula está tentando governar como Bonaparte, com uma espécie de um governo de coalizão nacional. Mas, por outro lado, ele tem enorme dificuldade de fazê-lo. Não há o menor interesse do partido que restou no governo, o PMDB, em prometer apoio à Lula. O PMDB não se comprometeu em aceitar a reeleição de Lula. Isso significa que temos um governo profundamente debilitado. De modo geral, a situação política faz com que sejam grandes as possibilidades para os movimentos populares, em particular para o movimento docente, de levar adiante uma luta efetiva pelas suas reivindicações, mobilizar e obter vitórias concretas. Um exemplo importante foi dado no estado de São Paulo, onde uma crise semelhante opôs o próprio governo estadual a uma parte de sua própria bancada. O governo tem ampla maioria na ALESP (Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo), mas conseguimos impor uma vitória histórica, aumentando de 9,5% para 10% de ICMS a base de financiamento das universidades, elevando para 31% o financiamento geral da educação – 31% de todas as receitas – e incorporando, organicamente, o financiamento com 1% da receita do Estado, do Centro Paula Souza (CEETEPS), que comanda a educação técnica e tecnológica. Então, foi uma vitória histórica, porque as receitas são vinculadas, são de caráter constitucional. O exemplo de São Paulo mostra que se pode ir mais longe

no caso do governo federal, tanto na Campanha Salarial, quanto na luta contra a Reforma Universitária.

ADUR Informa: E como se explica que a crise política não tenha atingido, de forma impactante, a política econômica do país?

Osvaldo Coggiola: Em primeiro lugar, por enquanto, esta é uma crise por cima, porque não há intervenção do movimento popular. Não há uma pressão para que essa política econômica seja mudada. Temos uma população que está assistindo, estarrecida, ao espetáculo de desmoralização completa do regime político. Nesse quadro de crise, a única coisa que interessou às classes dominantes, que estão por trás do poder político, é que a política econômica esteja imbatível. Daí a “blindagem” de Antonio Palocci e a pressão sobre o deputado Roberto Jefferson – que inicialmente não poupou Palocci das denúncias de corrupção – para que o deixasse fora das denúncias de corrupção. Assim, os únicos que têm sido poupados nesta cascata de denúncias são Lula e Palocci – como o representante do plano político e como o responsável pela política econômica, respectivamente. Mas está cada vez mais difícil protegê-los, porque se sabe que Palocci estava metido na história e as denúncias têm chegado cada vez mais perto de Lula, envolvendo, inclusive, um dos filhos do presidente. Eles não serão poupados pela crise. No entanto, há jornais que especulam que, caso Lula seja muito “sangrado” até o final do seu mandato, o PT, ou o que restasse do PT, tentaria uma reeleição, através de uma aliança política, tendo Palocci como candidato à Presidência. Esta é uma das

questões políticas que estão em jogo, embora sejam relativamente secundárias, porque o principal é que esta crise política abre perspectiva para uma forte intervenção do movimento popular. O que aconteceu, até agora, foi que a política econômica foi blindada porque não há, até o momento, um movimento popular forte. E não é somente isso. As direções dos principais movimentos populares – MST, UNE e CUT – têm tido uma atitude pró-governista. Eles indicam que as denúncias de corrupção precisam ser apuradas, mas sustentam que o principal é proteger o governo de uma suposta conspiração de “direita”. O próprio presidente Lula disse que não há golpe. A reação popular acontecerá, principalmente porque essa política econômica condena cada vez mais brasileiros ao desemprego, a miséria. As direções desses setores do MST, da UNE e da CUT sentirão a pressão dessa crise. Por enquanto, essas entidades têm atuado como o principal freio para que essa crise política não tenha se transformado em uma crise institucional e em uma situação marcada pela mobilização popular. As coordenações das lutas que têm acontecido neste momento estão isoladas, mas obtêm vitórias importantes, com a dos estudantes de Florianópolis que conseguiram o passe livre; a de docentes, técnico-administrativos e estudantes de São Paulo que obtiveram uma vitória muito importante no mês passado. Contudo, não há uma coordenação geral de todas essas lutas porque há uma dispersão do movimento. MST, UNE e CUT se unificaram, somente, para sair em defesa do governo. Essa política pró-governista não faz jus – principalmente no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – à trajetória de lutas dessas organizações, que terão que ser redefinidas, inclusive, por meio das mudanças dessas direções. Há uma pressão de base e há a possibilidade de que os militantes de base intervenham para mudar os rumos políticos dessas direções.

ADUR Informa: O 50º CONAD aprovou o indicativo de greve para a segunda quinzena de agosto, mas as associações de docentes, de uma maneira geral, não estão mobilizadas para a greve. Existe alguma explicação para que, no caso, o movimento docente não

esteja tão “seguro” e consolidado a respeito da greve? A greve é um instrumento legítimo de luta, mas na sua visão, é o mais eficiente desses instrumentos?

Osvaldo Coggiola: O ANDES-SN lutou dentro da CNESF para que esse reajuste de 0,1%, oferecido para todos os servidores públicos federais, pudesse ser combatido. Isso não tem sido possível por divergências políticas no interior da própria Coordenação e, pelo fato de que ainda sentimos, em particular no caso dos SPFF's, a derrota pela aprovação da Reforma da Previdência.

Empreendemos muitos esforços para barrá-la e, no caso, a emenda constitucional do governo acabou passando. Isso o desmoralizou um pouco o movimento e não tem sido possível construí-lo

com a mesma natureza que ele teve contra a Reforma da Previdência, para combater esse reajuste ridículo de 0,1%. Existem as dificuldades objetivas, o peso da derrota na Reforma da Previdência, as divergências políticas e as oscilações políticas de diversos setores. No caso da FASUBRA, há setores majoritários que aparecem, perante a opinião pública, defendendo o projeto de Reforma Universitária do governo Lula. O resultado disso é que temos uma dispersão de forças ocasionada por divergências políticas e pelo peso da derrota no caso da Reforma da Previdência. Isso tem pesado muito. Agora, essa crise política atual favorece a recomposição da unidade na luta. A unidade na luta não significa que os professores universitários tenham que esperar que todos os outros setores que estejam dispostos para ir à luta tenham que ir, para que eles possam tomar uma atitude. Os professores universitários têm que sair à luta pelas suas reivindicações, independentemente de ter ou não unidade com outros movimentos sociais. Mas eles têm que lutar para que exista uma luta unificada. Contudo, é muito difícil colocar uma greve

unificada das estaduais, federais e municipais porque os ritmos do movimento são diferentes. Em São Paulo, por exemplo, já terminou a Campanha Salarial de todas as instituições públicas. Não há mais Campanha Salarial em São Paulo, então, é praticamente impossível termos uma greve por lá que acompanhe a greve nas federais. Essas são as dificuldades objetivas que todos os movimentos passam e que só podem ser superadas com a unificação de todos os setores dos trabalhadores, em um momento muito excepcional da história. Estamos em um momento de crise, mas



Fonte: Ricardo Borges (ANDES-SN)

repeto, é uma crise “por cima”, que não tem provocado a intervenção dos movimentos populares, embora crie as condições para que essa intervenção aconteça. A greve continua sendo não o único instrumento, mas o instrumento fundamental. Geralmente, há um discurso de que a

greve está esgotada, que não serve mais. Esse discurso corresponde a setores que não querem fazer greve, que não querem lutar. Eles falam de outros métodos de luta, de fazer shows e etc. Na Rússia pré-revolucionária, o instrumento de luta da burguesia que se opunha ao regime não era a greve, eram os banquetes. Eles realizavam grandes banquetes e liam seus discursos. O movimento dos trabalhadores não pode fazer banquete! Ele pode usar de métodos criativos para divulgar as suas reivindicações, mas a paralisação da produção continua sendo o fator fundamental para isso. E as Universidades são produtivas. Se você consegue parar as Universidades, você interrompe o curso normal de importantes setores econômicos no Brasil. A greve dos universitários, se diz, não faz mal a ninguém porque não é greve de metalúrgicos, que vão parar de produzir carros. Os universitários produzem conhecimento, que você vê ao longo prazo, mas, às vezes, também vê imediatamente. Se as Universidades parassem totalmente, isso incidiria diretamente no setor financeiro. E não somente no setor financeiro, porque a Universidade é

o principal fluxo de pesquisa no Brasil e produz, constantemente, conhecimentos e tecnologias sem os quais o aparelho produtivo do país não consegue funcionar.

ADUR Informa: Quais são as expectativas em relação ao CONAD EXTRAORDINÁRIO, a realizar-se em agosto, já que o ANDES-SN vai discutir a questão do Projeto de Lei Substitutivo à Reforma Universitária do governo?

Osvaldo Coggiola: Esta é uma proposta audaciosa, porque reflete o momento político que estamos. Se apresentássemos essa proposta antes das denúncias de corrupção, do mensalão, ela poderia parecer inócua, porque o governo poderia passar o rolo compressor, como fez com a Reforma da Previdência. Com a Reforma Universitária, apresentar um Projeto de Lei alternativo teria sido considerado ridículo. Agora já não mais é visto como ridículo, porque o governo está muito queimado e o próprio Congresso está muito sensível às pressões externas, devido à situação em que se encontra. Então, acho oportuno lançarmos um substitutivo que defenda todos os princípios da universidade pública, gratuita, laica do movimento docente, não com a ilusão de que o Congresso vá aprová-la, mas para fazer desse debate parlamentar e da popularização da nossa proposta fatores de mobilização. E essa mobilização na rua é que vai efetuar uma pressão em cima do Congresso, como foi o caso de São Paulo com a LDO, recentemente. Isso permitiria não somente barrar a Reforma Universitária, mas, inclusive, avançar em cima da Reforma Universitária que já foi feita através de decretos e medidas provisórias, como o ProUni, a Lei de Inovação Tecnológica e etc. Para isso que vamos fazer o CONAD EXTRAORDINÁRIO, que vai refletir os debates das assembleias de associações de docentes de todos o país e terá que tomar decisões em função das indicações que provenham das bases. Contudo, isso vai ter que ser feito com certa rapidez, porque continuamos atrelados ao calendário do próprio governo. Não temos tempo hábil para fazer uma discussão muito prolongada e, em um mês, teremos que esgotar o debate para podermos entrar com o Projeto de Lei substitutivo à Reforma Universitária do governo.

Calendário de lutas do ANDES-SN:

17/8/2005

Marcha à Brasília

18/8/2005

Encontro Nacional da CONLUTAS, em Brasília

19/8/2005

Reunião do Setor das IFES
Local: Sede do ANDES-SN

20 e 21/8/2005

6º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, com o Tema: **Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei do ANDES-SN sobre a educação superior.**

Local: Brasília.

14 a 16/10/2005

I Encontro Nacional das IPES, gestão 2004/2005
Local: Brasília.

Informe Jurídico da ADUR-RJ:

De acordo com Dr. Marcelo Chalréo – assessor jurídico da ADUR-RJ as ações que reivindicam a correção do PIS/PASEP e/ou percentuais em tese em referente a perdas salariais, solicitadas pelos professores junto ao Juizado Especial Federal (JEF), não têm obtido um parecer favorável do Judiciário.

Assim, de acordo com o assessor jurídico da ADUR-RJ, “não há no momento ações novas a serem propostas para os docentes da UFRRJ, salvo aquelas aprovadas na AGE do início do ano e de conhecimento da categoria. Ressalvo, por fim, a possibilidade de uma ação específica quanto à GED – Gratificação de Estímulo à Docência – para professores já aposentados, a partir da mudança nessa gratificação, o que está sendo estudado pelo escritório”.

Dr. Chalréo alerta para que os docentes estejam atentos “para as ações que são vendidas com muita facilidade, o que geralmente acaba não trazendo qualquer benefício, podendo, outrossim, trazer até prejuízos financeiros para os autores dessas ações”.

REFORMA MINISTERIAL: FERNANDO HADDAD À FRENTE DO MEC

Depois de dar posse ao novo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o Presidente Lula da Silva anunciou que Fernando Haddad, então Secretário-executivo do MEC, estará à frente do Ministério da Educação.

A previsão é a de que Fernando Haddad (*foto ao lado*) assuma o cargo no próximo dia 27, quando está prevista a entrega da proposta de Reforma Universitária ao Congresso Nacional. Antes de deixar o Ministério da Educação para assumir a presidência do Partido dos Trabalhadores, Tarso Genro quer que a Reforma Universitária esteja encaminhada no Congresso.

Fernando Haddad será o terceiro ministro da Educação em dois anos e sete meses de governo Lula. O primeiro ministro petista foi o hoje senador Cristovam Buarque (PT-DF), sucedido por Genro. Contudo, a escolha para o cargo sinaliza que, dessa vez, ao contrário da troca anterior, não deve haver descontinuidade de projetos.

De acordo com reportagem do *Correio Braziliense* de 12 de julho, “Haddad tem perfil técnico e, antes de trabalhar no MEC, era funcionário do Ministério do Planejamento”.

Aos 42 anos, o ex-assessor de Guido Mantega – quando este esteve à frente do MPOG – chegou ao MEC em 2004, quando Tarso Genro assumiu a responsabilidade pela pasta.

A Folha de S. Paulo de 13 de julho atribui a paternidade do Programa Universidade para Todos (ProUni) a Haddad, que teria entregue o esboço do Prouni a dirigentes de instituições privadas quando ele ainda estava no Ministério do Planejamento.

Antes de assumir cargos em administrações petistas, Fernando Haddad fez carreira acadêmica na USP. Bacharel em Direito, fez mestrado em Economia, doutorado em Filosofia e foi professor de Ciência Política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Entre seus livros publicados estão “Em Defesa do Socialismo” (Vozes) e “O Sistema Soviético” (Scritta).

Fontes: *Correio Braziliense* (12 de julho de 2005) e *Folha de S. Paulo* (13 de julho de 2005).



REUNIÃO DO GTPFS AVALIA SEMINÁRIO “ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES”

Um dia após a realização do Seminário “Alternativas de Organização dos Trabalhadores”, realizado em Niterói, nos dias 1º e 2 de julho, o Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS) do ANDES-SN reuniu-se para avaliar o Seminário e preparar as bases para um documento sobre o tema em questão. Os professores Rômulo Andrade, Frederico José Falcão e Luis Mauro S. Magalhães representaram o GTPFS da ADUR-RJ.

O Seminário “Alternativas de Organização dos Trabalhadores”, que contou com a participação de representantes de 18 seções sindicais e de 22 entidades sindicais e estudantis, foi considerado positivo pelos presentes. Durante a reunião do GTPFS, algumas questões importantes debatidas durante o Seminário foram, novamente, repassadas. Dois assuntos mereceram destaque, como a conclusão de que a CUT não mais representa a classe trabalhadora brasileira; e que uma alternativa de organização precisa ser criada.

Ficaram como questões não consensuais sobre a CONLUTAS e que merecem maior debate:

- Manutenção da forma de coordenação ou estruturação de um organismo com caráter de uma central sindical.
- Integração ou não de estudantes e movimentos populares com organização menos estruturada, o que modifica o caráter de central sindical.

Foram indicadas como ações no próximo período:

- Fortalecimento da marcha a Brasília contra as reformas do governo e a corrupção, em 17 de agosto.
- Participação no encontro nacional em agosto de 2005, que tem como pauta a continuidade da luta e a definição da data e dos critérios para eleição dos delegados ao Congresso da CONLUTAS.
- Participação no congresso da CONLUTAS em 2006, com o indicativo do formato da alternativa a ser construído pelo movimento sindical e social, votado em assembléia geral e aprovado no 25º Congresso do ANDES-SN.
- Unidade de ação com os setores que estão resistindo contra a corrupção
- Calendário de lutas que dê conta da dinâmica da conjuntura.

Do mesmo modo, o GTPFS deliberou pela elaboração de um documento que propicie a discussão dos rumos do movimento sindical brasileiro nas bases do ANDES-SN. Neste documento, deve haver um balanço da relação com a CUT e um histórico da Conlutas. A sugestão do GTPFS é para que as seções sindicais organizem seminários, nos moldes do referido evento, que foi realizado na Universidade Federal Fluminense, assim como também para subsidiar atividades de formação político-sindical.

A COBERTURA COMPLETA DO SEMINÁRIO “ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES” FOI PUBLICADA NA EDIÇÃO Nº 72 DO ADUR INFORMA, DO DIA 13/06/05. AS EDIÇÕES ANTERIORES DO ADUR INFORMA ESTÃO DISPONIBILIZADAS NA PÁGINA ELETRÔNICA DA ENTIDADE: www.adur-rj.org.br

MAIS UM ATAQUE AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Reproduzimos, abaixo, a nota sobre benefícios previdenciários em risco, divulgada pela FENAFISP (Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal) e UNAFISCO Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal), de 19 de julho de 2005.

A Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Previdência Social (Fenafisp) e o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical), diante da intenção do governo Lula de criar um órgão que denomina "Receita do Brasil", pela fusão da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita da Previdência, alertam os trabalhadores, aposentados do INSS, contribuintes e demais segmentos da sociedade para o risco que essa fusão oferece para o país.

Esse novo órgão passaria a administrar todas as receitas de impostos federais e contribuições sociais, inclusive as previdenciárias, no âmbito do Ministério da Fazenda e sob enfoque estritamente arrecadatório, passo temerário que poderá ferir de morte a Previdência Social Pública do Brasil, responsável pelo pagamento de 23 milhões de benefícios previdenciários à população.

Com efeito, o governo já declarou sua intenção de aumentar a arrecadação e de reduzir ou acabar com a tributação sobre a folha de pagamento, aumentando-se, em contrapartida, os tributos que incidem sobre o faturamento, sem que se fale no compensatório aumento das alíquotas desses tributos.

Substituir a folha de salário pelo faturamento é retirar a vinculação constitucional da contribuição previdenciária aos benefícios pagos pelo INSS e pode propiciar a utilização de recursos sociais para outros fins. É privatizar a Previdência Social Pública com o falso argumento de "déficit" e destinar seus recursos para pagamento de juros da dívida pública, para formação de superávits primários e outras políticas neoliberais que vêm sendo adotadas pelos sucessivos governos do Brasil no processo de desmonte do Estado e da Previdência Social Pública. Basta lembrar que a arrecadação da Confins não é considerada no cálculo das contribuições relativas à previdência.

O governo vem anunciando a necessidade de aumentar o percentual da desvinculação das receitas da União (percentual de 20% prorrogado até 2007 com sinalização de aumento de 35%), medidas que visam a aumentar a margem de manobra para o MF ampliar superávit primários em detrimento dos gastos sociais, o que, à evidência, coloca em risco a garantia de repasse de recursos à Previdência Pública e aponta para a possibilidade de haver uma redução ainda mais gravosa dos benefícios.

Além disso, diante das graves denúncias que a sociedade quer ver esclarecidas, o governo anuncia uma "choque de gestão", alegando um crescente "déficit" na Previdência Social Pública, e que a fusão dos fiscos seria a solução para corrigir essa situação. Na verdade, não existe déficit e os benefícios continuarão no INSS. Essa fusão não tem nenhuma relação com a administração desses benefícios ou com o combate a eventuais fraudes.

A arrecadação previdenciária é um patrimônio dos trabalhadores e da sociedade, funda-se no pacto de solidariedade entre gerações, construído pela rede de proteção social brasileira no decorrer de mais de oitenta anos, e destina-se ao pagamento de aposentadorias e pensões dos filiados ao Regime Geral da Previdência Social. Dessa forma não pode submeter-se ao tratamento açodado que estamos testemunhando.

Diante disso, repudiam, como entidades representativas de servidores públicos que sempre contribuíram decisivamente na construção do Estado brasileiro e da Previdência Social Pública, a forma como a proposta vem sendo construída pela área econômica do governo sem transparência e sem debate, e reivindicam que qualquer proposta de reestruturação da Administração Tributária Federal seja precedida de amplo debate com as organizações dos trabalhadores e dos servidores públicos envolvidos, com os diversos segmentos da sociedade civil e com o Congresso Nacional.

Brasília, 19 de julho de 2005.

FENAFISP e UNAFISCO

ANDES-SN RECLAMA DA LOTERIA ESTUDANTIL

Embora o modelo de financiamento das instituições federais estabelecido na Reforma Universitária ainda seja considerado insuficiente por reitores e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), um reforço de caixa pode surgir no orçamento das instituições ainda em 2005. O artigo 63 do anteprojeto abre caminho para que recursos oriundos da arrecadação de jogos de azar realizados pela Caixa Econômica Federal, através da criação de uma loteria específica, sejam repassados às instituições federais.

Pelo texto, o MEC determina que a extração seja feita anualmente. "A Caixa Econômica Federal fica autorizada a realizar extração anual especial, com destinação da renda líquida exclusivamente para o financiamento da educação superior pública federal, referente a todas as modalidades de Loterias Federais existentes", diz um dos trechos do artigo. A aplicação dos recursos dependeria da autorização do Ministério da Fazenda. O adicional, no entanto, não é considerado suficiente para ajudar na expansão do sistema federal de ensino, conforme determina a proposta do governo. Docentes pedem mais investimento.

Para setores radicais, como o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), a única coisa que pode resolver o financiamento das instituições federais é uma mudança de prioridade na economia. O sindicato defende que os investimentos em educação superior sejam massificados. Para Roberto Leher, da coordenação regional da entidade, ao invés de arrecadação por jogos de azar, o governo deveria recuperar metas do Plano Nacional de Educação (PNE). "No governo Fernando Henrique Cardoso, investia-se 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no ensino superior. Nossa primeira questão é se as novas metas resgatam estas perdas. O PNE determinava o investimento de 7% do PIB no ensino superior, mas Fernando Henrique vetou esta meta e Lula até agora manteve o veto", argumenta o dirigente. Inicialmente, a utilização de recursos das loterias estava diretamente ligada ao financiamento de políticas de assistência estudantil, como a criação de alojamentos e restaurantes. Contudo, muitos consideraram a chamada "loteria do estudante" um caminho para que o governo se desobrigasse a financiar a assistência com os recursos que são destinados às instituições. Por isso, a idéia foi suprimida da segunda versão do anteprojeto.

No novo documento, a assistência estudantil é tratada em apenas três artigos, que determinam os pontos em que os recursos para a assistência deverão ser investidos, além de definirem algumas medidas para a democratização do acesso às universidades. No que diz respeito à assistência, a única determinação é que cada instituição pública invista pelo menos 5% de seus recursos para financiar a assistência. Outra medida presente no anteprojeto é que as ações ligadas à assistência estejam previstas dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades.

Fonte: Folha Dirigida, 22/7/2005



O CASO DA RETIRADA DESNECESSÁRIA DE UMA ÁRVORE NO CAMPUS DA RURAL: ADUR-RJ ESCLARECE REITORIA

Na edição nº 69 do ADUR Informa, noticiamos que no dia 4 de abril, funcionários da ADUR-RJ constataram que uma das árvores localizadas em frente à sede da entidade estava caindo, e entraram em contato com a Prefeitura do Campus da UFRRJ. Os funcionários da Prefeitura retiraram a árvore do local, no dia posterior. Contudo, precipitadamente, eles removeram uma outra árvore — Imburana Cerejeira (*Amburana cearensis*), – que também ficava em frente à sede da ADUR-RJ e que não apresentava qualquer risco à comunidade.

Em 13 de abril próximo passado, a Diretoria da entidade enviou um ofício ao Reitor, Prof. Ricardo Motta Miranda, comunicando a retirada desnecessária da árvore em questão.

Em resposta ao primeiro ofício encaminhado pela ADUR-RJ, o Sr. Sebastião Konkel, Engenheiro Agrônomo da Prefeitura do Campus Prefeitura da UFRRJ, informou, em 3 de maio, que a “ao cair a primeira árvore, em consequência do severo ataque por cupins, sobre a segunda árvore, esta ficou oferecendo perigo iminente, pois, ao ficar inclinada com cerca de 30° e suas raízes posteriores terem ficado soltas – algumas expondo sinais de ruptura, ela poderia, a qualquer momento vir a sucumbir, oferecendo perigo a pessoas e veículos ali estacionados”. O remetente também alega que os funcionários da ADUR-RJ estavam desesperados e, que por isso, recorreram à mão-de-obra externa para a realização do trabalho.

Em 18 de maio, a ADUR novamente enviou ofício à Reitoria, pelo qual reiterava todas as informações apresentadas à Administração, procurando distinguir as duas árvores envolvidas neste acontecimento. Também esclareceu que os funcionários da entidade não estavam desesperados, e que apenas alertaram aos funcionários da Universidade sobre a gravidade do fato. Por este documento, a ADUR-RJ afirmou que a primeira árvore tombou, “oferecendo perigo iminente. Suas raízes ficaram soltas, algumas expondo sinais de ruptura, e por isso, deveria ser retirada. Ao tombar, ela ficou parcialmente apoiada sobre a que ele (responsável pelo Setor de Parques e Jardins da UFRRJ) chama de segunda árvore. No entanto, esta segunda árvore se encontrava sadia, não apresentando nenhum risco. (...) É possível verificar a integridade do sistema radicular desta árvore, já que este continua no mesmo local”.



Acima, reproduzimos a imagem de uma árvore Imburana cerejeira

Em 9 de junho, o despacho do Setor de Parques e Jardins da UFRRJ, pelo qual relata os fatos, informa que a primeira árvore – jacarandá – estava infestada de cupins e que a segunda árvore – cerejeira – “ficou inclinada cerca de 30% em relação ao seu estado inicial e só não ficou pior porque um de seus galhos, o principal, se apoiou na terceira árvore que (ainda) se encontra no local”.

Neste mesmo despacho, o mesmo Setor explica que os funcionários foram chamados para aquela “emergência” no final do expediente, quando eles já haviam recolhido os equipamentos. Diz ainda que o Setor de Parques e Jardins da UFRRJ não tem os instrumentos necessários para esse tipo de trabalho e que foi preciso contar com mão-de-obra de outra pessoa que não compõe os quadros da Universidade para realizar a retirada da árvore.

O Setor de Parques e Jardins da UFRRJ alega que a retirada total da cerejeira se deu por dois motivos – perigo e “efeito paisagístico” (“pois, em ponto estratégico, não poderíamos deixar uma árvore inclinada e toda deformada pelas “podas” drásticas e disformes nela realizada”). De acordo com o despacho do referido Setor, “o fato do jacarandá ter se lançado sobre ela [Imburana Cerejeira] não a matou. Prova disso é que rebentos [brotos] já estão saindo do seu toco”.

Em novo ofício, datado de 24 de junho passado, a ADUR-RJ

reafirmou o exposto nas correspondências anteriores e colocou-se à disposição da Reitoria para quaisquer esclarecimentos sobre o ocorrido em abril passado. Neste último ofício, a ADUR-RJ “entende que a Reitoria já possui elementos mais do que suficientes para encaminhar o caso de acordo com o que julgar mais acertado”.

ADUR-RJ já havia alertado e solicitado poda das árvores

Em julho de 2004 e em janeiro de 2005, a ADUR-RJ já havia enviado ofícios para a Reitoria, pelos quais solicitava a poda das árvores atrás do estacionamento do P1 e no espaço próximo à sede do Sindicato. Nestes ofícios, a Diretoria da ADUR demonstrava preocupação com a segurança de pedestres, pretendendo evitar acidentes com danos físicos às pessoas e/ou aos veículos estacionados próximos à área.

Em 11 de maio de 2005, a Diretoria da ADUR-RJ encaminhou novo ofício ao Reitor, pelo qual solicitou que fosse feita uma “avaliação das condições gerais de todas estas árvores e em alguma delas uma poda para retirada de galhos velhos ou mortos”. Neste mesmo ofício, o Reitor também foi informado de que o Sr. Sebastião Konkel, da Prefeitura do Campus, disse que a responsabilidade pelas árvores próximas à Associação ficaria por conta da ADUR-RJ. Assim, a entidade pediu ao Reitor esclarecimentos quanto a esta incumbência, tendo em vista que a área ocupada pela ADUR-RJ é propriedade da Universidade.



Sede da ADUR-RJ. À esquerda da casinha, ficava a Imburana Cerejeira

EXPEDIENTE – ADUR INFORMA
PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, Km 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, RJ.
CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.
TELEFAX: (21)2682-1379 OU (21)2682-1005. E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: CANROBERT PENN LOPES COSTA NETO, CÉLIA REGINA OTRANTO, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, IRLIETE BRAGA DA TRINDADE, LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES, MARIA TERESA CARNERIO DA CUNHA E ROSANE FERREIRA DE OLIVEIRA.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 M/TB)
FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA
TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

